



A guerra no século XXI: repensando Clausewitz e Sun Tzu para o novo milênio

Tales Augusto Wallauer de LEÃO e Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE)

Bárbara Campos DINIZ, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas e do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista, e Instituto Sul Americano de Política e Estratégia (ISAPE)

Fabrício AVILA, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE)

RESUMO

O pensamento estratégico de Sun Tzu e Carl von Clausewitz representa dois pilares fundamentais na teoria da guerra. Embora oriundos de contextos históricos e culturais distintos, Sun Tzu na China antiga e Clausewitz na Europa moderna, ambos oferecem contribuições duradouras para a compreensão dos conflitos armados e do uso da força na política internacional. A Arte da Guerra, de Sun Tzu, apresenta uma abordagem indireta e pragmática da guerra. A vitória ideal para o autor é aquela obtida sem combate, por meio da astúcia, da dissimulação e do conhecimento profundo do inimigo. A guerra é vista como um instrumento subordinado à política e deve ser conduzida com economia de meios e flexibilidade estratégica. Da Guerra de Clausewitz propõe uma análise filosófica e sistemática do conflito. A obra define a guerra como a continuação da política por outros meios e introduz conceitos como a trindade da guerra, fricção, centro de gravidade, entre outros. A abordagem do autor reconheceu o caos e a imprevisibilidade do campo de batalha, valorizando o papel da razão política na condução dos combates. Apesar das diferenças, ambos os autores convergem na ideia de que a guerra deve servir aos objetivos políticos e que a estratégia é essencial para o sucesso. Suas obras continuam influentes em áreas como geopolítica, gestão, segurança cibernética e estudos militares, oferecendo ferramentas conceituais para a análise de conflitos nesse novo milênio.

PALAVRAS-CHAVE: Sun Tzu, Clausewitz, teoria da guerra, estratégia, política e conflito, Novas Guerras, Defesa.

INTRODUÇÃO

A teorização sobre a guerra encontra dois de seus pilares nas obras do general chinês Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, e do teórico prussiano Carl von Clausewitz, *Da Guerra*. Separados por mais de dois milênios de história e por profundos abismos culturais e filosóficos – Sun Tzu, mergulhado na tradição estratégica

taoista e confucionista; Clausewitz, filho do Iluminismo e do Idealismo alemão (HOWARD, 2002; KANE, 2007) –, ambos os autores transcenderam seu contexto histórico para se firmarem como arquitetos do pensamento estratégico moderno. A perene relevância de suas obras suscita uma questão central para os Estudos Estratégicos contemporâneos: em que medida seus constructos teóricos, forjados em realidades bélicas

radicalmente distintas, conservam valor heurístico para a compreensão da natureza complexa e multifacetada da guerra no século XXI?

Este artigo sustenta que os modelos de Sun Tzu e Clausewitz oferecem lentes complementares, ainda que por vezes tensionadas, para a análise do fenômeno bélico. O argumento central é que, enquanto Clausewitz fornece um aparato categórico robusto para a conceitualização da guerra em suas diversas manifestações, Sun Tzu oferece um arcabouço analítico mais amplo e sistêmico, particularmente perspicaz para compreender os desafios estratégicos enfrentados por atores estatais em conflitos assimétricos.

Para desenvolver esta tese, o artigo estrutura-se em três eixos analíticos sequenciais. Primeiramente, examina-se a abordagem sistemática de Clausewitz, demonstrando a utilidade de seus conceitos-chave – notadamente, a metáfora da guerra como um “camaleão” que adapta sua natureza a cada caso, a “trindade paradoxal” (hostilidade cega, jogo do acaso e da probabilidade, e subordinação à política) e a noção de guerra como um “duelo” de vontades – para construir uma definição expansiva e capaz de abarcar o espectro completo da guerra contemporânea, dos conflitos interestatais às guerras híbridas. Ademais, investiga-se como sua análise tática das dinâmicas entre ataque e defesa contribui para elucidar as paradoxais dificuldades que potências militares convencionais enfrentam em operações de contrainsurgência e em “pequenas guerras”.

Em segundo lugar, o artigo volta-se para a filosofia estratégica de Sun Tzu. Argumenta-se que as aparentes divergências entre os dois pensadores decorrem menos de uma contradição insolúvel e mais da adoção, por Sun Tzu, de um nível de análise “grandestratégi-

co” e sistêmico. Este escopo ampliado, que incorpora dimensões econômicas, diplomáticas, morais e psicológicas antes e para além do campo de batalha, revela-se notavelmente adequado para decifrar a lógica estratégica de conflitos modernos, nos quais a vitória raramente é decidida pela pujança combativa. Contudo, a natureza por vezes aforística de seu pensamento apresenta limitações para a elaboração de um quadro conceitual tão preciso quanto o de Clausewitz para categorizar as novas formas de guerra.

Por fim, a terceira seção realizará uma análise comparativa sintética, contrastando e integrando os insights de ambos os teóricos. O objetivo não é eleger um vencedor num suposto debate, mas antes demonstrar como a tensão dialética entre a “gramática” clausewitziana da violência organizada e a “lógica” sunziana da manipulação estratégica integral fornece um instrumental analítico mais rico e completo para desvendar as complexidades da guerra na contemporaneidade.

A ONTOLOGIA CLAUSEWITZIANA DA GUERRA NO SÉCULO XXI

A obra magna de Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, permanece, dois séculos após a sua concepção, como referência nos Estudos Estratégicos e na Filosofia Política da guerra. O fim da Guerra Fria e a emergência de um panorama de segurança global catalisaram críticas que proclamam a obsolescência do seu pensamento. O cerne desta contestação está numa leitura superficial do seu estatocentrismo. Críticos como Mary Kaldor e Martin van Creveld argumentam que a focalização de Clausewitz no Estado-nação como ator primordial da guerra constitui um anacronismo numa

era de proliferação de entidades sub-estatais, paraestatais e não estatais, de motivações econômicas e identitárias, e de conflitos que mais se assemelham a carnificinas caóticas do que a duelos políticos calculados.

Esta linha de argumentação confunde a manifestação histórica específica que Clausewitz observou – as guerras napoleônicas – com os limites teóricos da sua teoria. Uma imersão na sua obra revela não um modelo rígido, mas um framework dinâmico e flexível, cuja sofisticação lhe confere resiliência para decifrar a violência organizada no século XXI. A ontologia clausewitziana da guerra, centrada na metáfora do camaleão e no modelo da trindade paradoxal, oferece ferramentas para compreender a continuidade e a mutação do fenômeno bélico na contemporaneidade.

A contestação à relevância de Clausewitz encontrou expressão na teoria das “Novas Guerras” (*New Wars*), articulada por Mary Kaldor. Segundo esta perspectiva, o mundo testemunhou o declínio do modelo clássico de guerra interestatal e o surgimento de uma nova forma de violência organizada. Kaldor (2003, p. 15) sustenta que estes conflitos são protagonizados por atores nebulosos (senhores da guerra, milícias étnico-religiosas, corporações) com objetivos que já não a conquista territorial ou a subjugação de um Estado adversário, (centrados no lucro econômico, na limpeza étnica, ou na perpetuação da própria violência como fim em si mesma). De modo análogo, Martin van Creveld (2004, p. 88) declara a irrelevância do paradigma trinitário clausewitziano – povo, exército, governo – ante o predomínio de “conflitos de baixa intensidade”, nos quais a lógica da política interestatal seria suplantada por violência identitária e criminal, onde os combatentes não são soldados de um Estado, mas militantes de uma causa ou criminosos em busca

de pilhagem. Estas críticas, embora captem aspectos da transformação do conflito contemporâneo – privatização da violência, economia política da guerra, caráter transnacional de redes beligerantes –, fundamentam-se, como alerta Christopher Daase (2007, p. 182), numa leitura redutora da obra de Clausewitz.

A refutação mais poderosa a esta visão simplificada reside na metáfora escolhida por Clausewitz para descrever a natureza mutável da guerra: a do camaleão. A sua aparência exterior – as táticas empregadas, as tecnologias mobilizadas, a identidade e o *status* dos atores envolvidos – transforma-se radicalmente de acordo com o contexto histórico, político, social e econômico específico de cada época. Como salienta Herfried Münkler (2007, p. 4), “para Clausewitz, uma definição essencialista de guerra não é possível. A guerra deve ser definida em relação às condições políticas, econômicas e culturais”. A natureza de um conflito é, portanto, radicalmente contingente: variará decisivamente em função dos agentes beligerantes, dos seus objetivos últimos, dos meios de violência mobilizados e do tecido social em que se insere (RU-LOFF, 2007, p. 10-11).

A ontologia da guerra proposta por Carl von Clausewitz encontra a sua expressão seminal no conceito da “trindade paradoxal”, um modelo dialético que busca capturar as forças fundamentais, contraditórias e intrinsecamente inter-relacionadas que constituem a natureza do fenômeno bélico. Clausewitz define-a de forma magistral:

“[...] uma trindade maravilhosa – composta da violência primordial de seu elemento, do ódio e da inimizade, que devem ser considerados como um impulso cego natural; do jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma; e da sua natureza subordinada de instrumento da política, pela qual pertence ao domínio do puro raciocínio.” (CLAUSE-

WITZ, 2007, p. 30)

Imediatamente a seguir a esta abstração filosófica, Clausewitz ancora cada um desses elementos conceptuais num ator social concreto, estabelecendo um vínculo inseparável entre a teoria pura e a prática social histórica: “O primeiro desses três aspectos diz respeito mais ao povo; o segundo, mais ao comandante e seu exército; o terceiro, mais ao governo” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 30). Esta correspondência dinâmica entre os elementos conceituais (violência, acaso, razão) e os atores sociopolíticos (povo, comandante/exército, governo) oferece uma estrutura analítica poderosa para decifrar a lógica de qualquer conflito, precisamente porque é este equilíbrio de forças, único em cada caso, que define a sua natureza específica.

A essência revolucionária e perene da trindade, como bem aponta Bassford (2007, p. 81), advém precisamente do reconhecimento de que a relação entre esses três elementos é intrinsecamente mutável, instável e tensionada. Não existe uma proporção correta ou um equilíbrio ideal. É essa fluidez e interdependência dialética – onde cada vértice influencia e é influenciado pelos outros dois num processo contínuo – que levou Clausewitz a caracterizá-la como “maravilhosa” ou “paradoxal”, pois escapa a qualquer tentativa de redução a uma fórmula simples ou a um equilíbrio permanente e previsível. A famosa assertiva de Clausewitz de que “a tarefa... é manter nossa teoria [*Theorie*] flutuando [*schwebend*] entre essas três tendências” (apud BASSFORD, 2007, p. 81) é a chave para a sua compreensão.

O primeiro vértice, a violência primordial (*Urgewalt*), representa o pathos da guerra. Clausewitz entende-a não apenas como a violência física manifesta, mas como a potência emocional e passionais que motiva e sustenta o ímpeto beligerante. Representa a dimensão

não racional, visceral e frequentemente atávica do conflito, a “força natural cega” que, uma vez desencadeada, escapa ao controle fácil e deve ser canalizada, dirigida e, idealmente, subordinada.

O segundo vértice, o jogo das probabilidades e do acaso, constitui o âmbito da práxis militar operacional, o domínio do *friction* (fricção). É o reino do comandante e do seu exército (ou força combatente), onde a teoria esbarra na realidade caótica e imprevisível do campo de batalha. Este “jogo” emerge da interação complexa entre o mundo físico (geografia, clima, tecnologia, logística, demografia) e o fator humano (a genialidade ou incompetência do comandante, a moral e o treino das tropas, os erros de cálculo, os imprevistos, a “névoa da guerra”). Este vértice personifica a realidade empírica, complexa e não linear da condução da guerra (BASSFORD, 2007, p. 89).

O terceiro vértice, a subordinação da guerra à política, representa o *logos*, o vértice da racionalidade instrumental. É o domínio do governo, onde a guerra é concebida não como um fim em si mesmo, mas como um meio para um fim, um instrumento para alcançar objetivos que são, em última instância, políticos. É este vértice que é mais ferozmente atacado pelos críticos das “novas guerras”, que argumentam que a violência de um senhor da guerra somali ou de um cartel mexicano não serve a nenhuma “política” recognoscível, mas sim à avareza e ao caos. Contudo, esta crítica baseia-se num equívoco e numa leitura anacronicamente restritiva do conceito clausewitziano de “política” (*Politik*) que não é limitado à “arte de governar” um Estado soberano, sendo para ele a política o processo de disputa pelo poder, pela autoridade e pela governação dentro de qualquer sociedade.

Como salienta Christopher Daase, este esquema abstrato permite definir a

guerra como “a aplicação de meios violentos para realizar objetivos militares e alcançar fins políticos” (apud STRACHAN, 2007, p. 186). A combinação deste “duelo” com a tripartição de meios, objetivos e fins gera um esquema conceptual robusto e versátil composto por cinco elementos inter-relacionados: o atacante, o defensor, os meios violentos, os objetivos militares e os fins políticos (Daase apud STRACHAN, 2007, p. 185). A força primordial desta estrutura analítica reside na sua versatilidade ontológica, permitindo descrever, comparar e contrastar um vasto e diversificado espectro de conflitos violentos, desde as guerras interestatais convencionais e de alta intensidade até aos fenómenos bélicos pós-modernos mais difusos e assimétricos.

A título ilustrativo, o terrorismo transnacional, frequentemente citado como um exemplo de “nova guerra” que escapa ao entendimento clausewitziano, pode ser perfeitamente dissecado através desta lente conceptual. Um ator não estatal, como uma célula da Al-Qaeda ou do Estado Islâmico (atacante), emprega ataques improvisados, seletivos e simbólicos contra alvos civis ou militares desprevenidos (meios violentos). O objetivo militar imediato não é a destruição de um exército inimigo em campo, mas a semeadura do terror, a desestabilização da segurança pública, a propaganda pela ação e a demonstração de força e resiliência. Este objetivo militar serve, por sua vez, a um fim político último mais amplo: coagir um governo-estado (defensor) a alterar uma política específica no Médio Oriente, desmobilizar tropas, minar a legitimidade do governo alvo perante a sua população, e recrutar novos membros para a causa através do marketing do medo. Os atentados de Madrid em 2004 constituem um caso paradigmático desta lógica: a ação violenta de um grupo jihadista logrou influenciar diretamente

o processo eleitoral democrático espanhol, precipitando a mudança de governo e a subsequente retirada das tropas do Iraque – uma clara e tangível materialização da lógica de “compelir o adversário a fazer a nossa vontade” através de um ato de força calculado. A violência, aqui, não é um fim em si mesma; é um instrumento político brutalmente eficaz, perfeitamente enquadrável no esquema clausewitziano.

Portanto, a premissa central da crítica pós-moderna – a de que o *corpus* clausewitziano se circunscreve irremediavelmente ao paradigma westfaliano da guerra entre estados – revela-se como um equívoco interpretativo. Pelo contrário, os seus esquemas conceptuais demonstram uma notável resiliência, profundidade e poder analítico. Conclui-se, assim, que o pensamento clausewitziano mantém uma presente e vibrante atualidade para a compreensão da gramática e da lógica da violência política organizada no século XXI (DUY-VESTEYN, 2005, p. 220). A sua obra não é um manual de soluções prontas para os conflitos modernos, mas sim um profundo tratado filosófico sobre a natureza eterna e imutável da guerra. Ele oferece não respostas, mas as perguntas certas e as categorias mentais necessárias para procurá-las.

SUN TZU E A NATUREZA FLUIDA DA GUERRA

Apesar das abissais lacunas culturais, temporais e metodológicas que separam o general chinês do século V a.C. do teórico prussiano do século XIX, uma análise diacrónica revela não apenas pontos de convergência sobre a natureza intrínseca do conflito, mas também divergências que iluminam as complexidades da guerra moderna. A presente análise propõe-se a argumentar que a

conceptualização de Sun Tzu da guerra como um elemento análogo à água – fluida, adaptativa e moldável – oferece um arcabouço resiliente para compreender os conflitos do século XXI.

Em seu trabalho, Sun Tzu procura mimetizar a sua natureza para a dominar. Consequentemente, Sun Tzu eleva a intuição, a percepção aguçada e a capacidade de adaptação do líder militar ao estatuto de requisitos fundamentais para a vitória. A genialidade estratégica reside, para o general, precisamente na capacidade de discernir padrões no caos e de se adaptar a circunstâncias imprevisíveis (Handel, 2005, p. 22). É nesta concepção orgânica e não-mecanicista que reside a primeira grande contribuição de Sun Tzu.

A metáfora central que encapsula esta visão é a da água. A afirmação “E como a água não tem forma constante, não há condições constantes na guerra” (Sun Tzu, 1986, p. 22) transcende o mero aforismo poético para se constituir como um princípio ontológico profundamente sofisticado. A água é, por excelência, o elemento da adaptação: flui em torno de obstáculos, enche os vazios, erosiona o mais duro dos rochedos com persistência temporal, pode ser serena e devastadora, e assume a forma do recipiente que a contém. Da mesma forma, a estratégia deve ser análoga – deve evitar a força onde ela se concentra e atacar onde há vacuidade; deve moldar-se às contingências do terreno, do inimigo e do momento político, nunca se cristalizando num plano rígido e pré-determinado. Esta fluidez estratégica antecipa conceitos modernos da teoria da complexidade e do caos, onde sistemas dinâmicos e não-lineares evoluem de formas sensíveis às condições iniciais e à interação entre os seus componentes. A guerra, como um sistema complexo adaptativo, é imprevisível na sua trajetória específica, mas com-

previsível nos seus padrões gerais de comportamento – e é nesses padrões que Sun Tzu concentra a sua atenção.

Para ilustrar esta complexidade infinita gerada a partir de elementos finitos, Sun Tzu recorre a uma das passagens mais ricas da literatura estratégica global, utilizando uma analogia sinestésica que abrange a música, a cor e o paladar:

“As notas musicais são apenas cinco, mas suas melodias são tão numerosas que não se pode ouvi-las todas. As cores primárias são apenas cinco, mas suas combinações são tão infinitas que não se pode visualizá-las todas. Os sabores são apenas cinco, mas suas misturas são tão variadas que não se pode saboreá-las todas. Na batalha, existem apenas as forças normais (zheng) e extraordinárias (qi), mas suas combinações são ilimitadas; ninguém pode compreendê-las todas. Pois essas duas forças se reproduzem mutuamente; sua interação é tão infinita quanto a de anéis entrelaçados. Quem pode determinar onde uma termina e a outra começa?” (Sun Tzu, 1986, p. 17)

Esta passagem é fundamental por múltiplas razões. Primeiro, estabelece que a complexidade da guerra emerge da combinação e recombinação de elementos básicos – no caso, as forças zheng (convencionais, diretas, de fixação) e qi (inesperadas, indiretas, de decisão). Em segundo lugar, reconhece a impossibilidade epistemológica de se prever ou catalogar todas as possibilidades contingentes. Terceiro, e mais importante, a metáfora dos “anéis entrelaçados” sugere uma co-evolução dialética: a ação provoca uma reação no inimigo, que por sua vez altera as condições para a próxima ação, num ciclo contínuo e imprevisível de ação e reação. Ciclo que ecoa com o segundo elemento da trindade de Clausewitz, o jogo da interação e da probabilidade, que torna a guerra “um ato de força

para compelir o inimigo a fazer a nossa vontade” e, como tal, um duelo de vontades ativas e reativas (Clausewitz, 2007, p. 13).

A PERTINÊNCIA PARADOXAL: CLAUSEWITZ, SUN TZU E OS DUALISMOS NA TEORIA ESTRATÉGICA CONTEMPORÂNEA

A empreitada intelectual de compreender a natureza essencial da guerra é um desafio perene, confrontado pela própria mutabilidade do fenômeno que busca definir. Neste contexto, as obras de Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, e de Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, emergem não como relíquias de um passado distante, mas como faróis cuja luz, ainda que projetada de épocas e culturas radicalmente distintas, ilumina os contornos complexos dos conflitos contemporâneos.

Este ensaio sustenta que a relevância duradoura de ambos os pensadores reside não numa mera sobrevivência histórica, mas numa complementaridade dialética profunda. Através de uma análise comparativa aprofundada, demonstra-se que as aparentes contradições entre os dois—o aparente sangue-frio de Sun Tzu versus o aparente brutalismo de Clausewitz—na verdade constituem pólos de um espectro analítico indispensável. A conclusão a que se chega é que, embora a estrutura filosófica de Clausewitz se revele mais abrangente e resiliente face à inevitabilidade do caos, a integração das percepções de Sun Tzu é absolutamente vital para uma estratégia completa e bem-sucedida.

O ponto de partida mais fértil para uma comparação entre estes dois gigantes do pensamento estratégico é, sem dúvida, a trindade paradoxal de Clausewitz. Ele define a guerra como

um fenômeno composto por “uma estranha trindade, composta pela violência primordial do seu elemento, o ódio e a inimizade, que devem ser considerados como um impulso cego natural; pelo jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma alma livre; e pela sua natureza instrumental subordinada, que a torna um ato da razão”. Como argumenta de forma convincente Michael Handel, a genialidade desta conceitualização é a sua universalidade, permitindo que se acomodam dentro dela os preceitos de Sun Tzu de uma forma notavelmente harmoniosa, criando uma ponte conceitual entre visões de mundo aparentemente antagônicas.

A primeira tendência, associada ao governo e à razão de Estado, é visível em Sun Tzu na sua ênfase absoluta na guerra como um instrumento da política. A famosa máxima de Clausewitz de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” encontra um eco poderoso, ainda que implícito, na obra do estrategista chinês. Sun Tzu insiste que a guerra é um assunto de vital importância para o Estado.

A segunda tendência, o reino do acaso, do talento, do gênio e da criatividade do comandante, é onde a congruência se torna ainda mais evidente. Clausewitz celebra o comandante que possui *coup d’œil*—a capacidade de discernir a verdade num relance em meio ao caos da batalha. Sun Tzu, por sua vez, dedica uma parte considerável da sua obra a descrever as qualidades do general ideal: sábio, sincero, benevolente, corajoso e estrito. A sua capacidade de adaptação é central; ele deve ser como a água, que molda o seu curso ao terreno.

Finalmente, a terceira tendência, a da paixão primordial e do envolvimento do povo, também não é negligenciada por Sun Tzu, ainda que a sua expressão seja distinta da visão mais visceral de Clausewitz. Para o prussiano, o povo é a fonte

do “ódio primitivo” e da violência bruta que alimenta a guerra. Sun Tzu aborda esta força de um modo mais instrumental, mas não menos crucial.

Se a trindade estabelece a convergência fundamental, a verdadeira riqueza da comparação reside nas suas áreas de divergência, que delineiam os limites e as especialidades de cada obra. Estas diferenças não são falhas, mas especializações que, quando compreendidas, permitem ao estrategista moderno selecionar a ferramenta conceptual certa para o desafio em mãos.

A divergência mais célebre e, porventura, a mais mal interpretada, reside no objetivo final da ação estratégica. Sun Tzu profere a máxima ideal: “A suprema excelência na guerra é atacar a estratégia do inimigo; a próxima melhor é atacar as suas alianças; a próxima, atacar o seu exército; e a pior de todas é cercar cidades muradas.” O ápice da arte da guerra é, portanto, subjugar o inimigo sem travar combate, alcançar os objetivos políticos sem recorrer à carnificina. Clausewitz, pelo contrário, rejeita esta noção com um desdém visceral. Para ele, focar-se em tal quimera é um erro perigoso e sentimental. “Pessoas bondosas podem, é claro, pensar que existe alguma maneira engenhosa de desarmar ou derrotar um inimigo sem muito derramamento de sangue... é uma falácia que deve ser exposta: a guerra é um negócio tão perigoso que os erros que advêm da bondade são os piores.”

Esta aparente contradição dissolve-se quando se contextualiza cada autor. A visão de Sun Tzu é menos uma descrição do que é provável e mais uma prescrição do que se deve almejar. Ele não era ingênuo em relação à violência; grande parte de *A Arte da Guerra* é dedicada a como travar e vencer combates de forma eficiente quando estes se tornam inevitáveis. Clausewitz, por outro lado, adota um realismo som-

brio, nascido da observação da sua realidade, na qual quando vontades nacionais poderosas se chocam, o mecanismo de resolução final é, frequentemente, a violência física em massa. Assim, a divergência transforma-se num continuum: Sun Tzu estabelece o ideal a ser perseguido em todas as fases de um conflito (incluindo a de pré-hostilidades), enquanto Clausewitz fornece o modelo para quando esse ideal se revela inatingível e o conflito degenera em violência aberta e total.

Talvez a contribuição mais distinta e valiosa de Clausewitz seja a sua exploração profunda do atrito (*Friktion*) e da incerteza. O atrito é a soma de incontáveis fatores menores—erros de informação, atrasos meteorológicos, falhas de equipamento, fadiga, medo, coragem inesperada do inimigo—que, coletivamente, esmagam os planos mais meticulosos. A guerra, portanto, opera num reino de probabilidades e névoa, nunca de certezas. Sun Tzu, em contraste, é notavelmente silencioso sobre este fenômeno. A sua obra transmite uma aura de controlo quase perfeito. O comandante que segue os seus preceitos—conhecendo a si mesmo e ao inimigo, adaptando-se ao terreno, usando ataques ortodoxos e não-ortodoxos—parece capaz de ditar o fluxo da batalha com uma precisão cirúrgica. Ela cria a perigosa ilusão de que a guerra pode ser um processo limpo e previsível.

Clausewitz, portanto, fornece o antídoto necessário para o potencial excesso de confiança que uma leitura superficial de Sun Tzu pode incutir. Ele lembra-nos que a estratégia é, em última análise, a arte de lidar com o fracasso parcial, a improvisação e a perseverança. Enquanto Sun Tzu nos ensina a ganhar, Clausewitz ensina-nos a não perder—e a como continuar a lutar quando tudo corre mal. Neste aspeto, a sua perspectiva é mais abrangente e fun-

damental para compreender a natureza real da guerra.

Outra distinção crucial entre o pensamento dos autores reside no nível de análise, com Clausewitz focando-se nos níveis operacional e tático e Sun Tzu, por outro lado, operando desde o início num plano estratégico mais elevado e abrangente. A sua obra não começa no campo de batalha, mas no palácio, no templo e no mercado, dedicando uma atenção meticulosa aos preparativos que precedem o conflito armado (Handel, 2005, p. 24). Para Sun Tzu, a batalha é frequentemente a manifestação física de uma vitória já assegurada a um nível estratégico superior. A vitória suprema é precisamente aquela que se obtém sem combate, pela dissuasão, pela subversão ou pela quebra da vontade do adversário (Sun Tzu, 1986, p. 15).

Esta diferença de foco leva a uma crítica ao modelo clausewitziano. Clausewitz, ao defender que a guerra começa onde a diplomacia falha, cria uma fronteira perigosa entre os preparativos políticos, económicos e a condução da batalha. Podendo levar a uma visão míope que subestima como vitórias táticas podem ser anuladas por derrotas estratégicas, como bem notam Érico Duarte e Tales de Leão ao fazer análise do papel estratégico de uma batalha na guerra da Croácia em 1991 (de Leão; Duarte, 2024). Sun Tzu, ao integrar todos estes domínios numa única estrutura coerente, oferece uma visão holística que é indispensável para a guerra contemporânea. A capacidade tecnológica e industrial, a resiliência das cadeias de abastecimento, a cibernética, a guerra de informação, a estabilidade financeira e a coesão social são “domínios” de batalha tão ou mais importantes do que o terreno físico, como fica claro com as noções de “guerra total” do século XX e a “guerra de espectro total” do século XXI.

Uma derivação direta desta ênfase na preparação estratégica é a divergência na abordagem à superioridade numérica. Sun Tzu é categórico: “A superioridade numérica é o fator mais crítico na guerra” (Sun Tzu, 1986, p. 22). Esta crença decorre da sua lógica de vencer antes de lutar: um estado bem governado, próspero e populoso pode mobilizar um exército esmagador, dissuadindo o conflito ou assegurando uma vitória rápida e decisiva. Clausewitz era mais céptico. Experiente em comandar forças prussianas frequentemente em desvantagem numérica contra o exército francês, ele desenvolveu a teoria do *Schwerpunkt* para criar uma superioridade numérica local e temporal num ponto decisivo, mesmo estando em inferioridade estratégica geral.

Talvez a divergência mais significativa e interessante entre os dois teóricos, e a que possui as implicações mais profundas para o mundo contemporâneo, seja a sua avaliação da informação, do engano e da inteligência. Para Sun Tzu, são a pedra angular de toda a conduta da guerra, sendo a guerra “baseada no engano. Portanto, quando capazes, finja incapacidade; quando ativo, inatividade” (Sun Tzu, 1986, p. 9). A inteligência, portanto, torna-se a arma suprema.

Clausewitz, por contraste, ocupa uma posição notavelmente mais céptica. Embora reconheça a utilidade tática do engano e da surpresa, ele descartou categoricamente a sua importância a nível estratégico. Para ele, a “neblina da guerra” é tão densa e a fricção tão omnipresente que confiar em esquemas complexos de desinformação é construir castelos de cartas. Na concepção de Clausewitz, o engano é um refinamento marginal, não um princípio central (Handel, 2005, p. 168-172).

A crítica moderna a Sun Tzu frequentemente aponta para um aparente paradoxo no seu pensamento: como pode

ele, por um lado, proclamar a imprevisibilidade infinita da guerra e, por outro, advogar uma dependência quase total de informações que permitiriam previsões precisas? Críticos, como Handel (2005, p. 193-194), questionam se a sua fé na inteligência não se torna uma panaceia irrealista. No entanto, esta crítica pode perder uma nuance crucial no pensamento de Sun Tzu. Ele não defende que a inteligência elimine a incerteza, mas sim que é a única ferramenta para navegar dentro dela.

A relevância desta dimensão do pensamento de Sun Tzu para a guerra contemporânea é absoluta. A Revolução nos Assuntos Militares (RMA) foi, em grande medida, uma revolução na aquisição, processamento e disseminação de informação. A Guerra do Golfo de 1991 foi apelidada de “a primeira guerra da era da informação”, onde a superioridade de informação e a capacidade de negar a mesma ao inimigo (destruindo os seus centros de comando, redes de radar e capacidades de reconhecimento) foram fatores decisivos na rápida vitória da coalizão. A dissimulação bem-sucedida do flanco ocidental do exército da coalizão, fazendo Saddam Hussein acreditar que o ataque principal viria por via anfíbia pelo Kuwait, é um caso clássico de aplicação de princípios de Sun Tzu em escala operacional moderna (Finlan, 2003, p. 33).

Contudo, a lição mais profunda de Sun Tzu sobre a informação talvez seja a sua implícita advertência sobre a sua complexidade intrínseca, que engrandece-se com a visão da “neblina da guerra” clausewitziana. Os conflitos modernos são caracterizados por uma multiplicidade polimorfa de atores, cada um com motivações, doutrinas, fontes de financiamento e estruturas de comando radicalmente diferentes, em guerras com múltiplas formas. Neste ecossistema hipercomplexo, a tarefa

de obter “informações adequadas” torna-se, como Sun Tzu, implicitamente previa ao destacar a dificuldade, não apenas difícil, mas por vezes quimérica. A “neblina da guerra” clausewitziana transformou-se numa “tempestade de dados”, onde o volume de informação bruta pode ofuscar a percepção tanto quanto a sua escassez, sendo essa uma explicação poderosa para alguns dos maiores fracassos estratégicos das últimas décadas. O colapso da inteligência que levou aos ataques de 11 de Setembro, a avaliação profundamente falha sobre as armas de destruição massiva no Iraque em 2003, e as subestimações repetidas da resiliência e adaptabilidade dos talibãs no Afeganistão.

A questão final não é, portanto, qual dos autores é “melhor”, mas como integrar os seus insights para formar um modelo analítico coerente e robusto. A proposta é ver as prioridades de Sun Tzu como um pré-requisito essencial, um preâmbulo estratégico que deve ser executado antes e durante a escalada para o conflito descrito por Clausewitz.

Num conflito contemporâneo, idealmente, um estadista seguiria primeiro Sun Tzu:

1. Frustrar os Planos: Utilizar todos os instrumentos do poder nacional—diplomacia, económica, informação, inteligência—para neutralizar a estratégia do adversário, dissuadindo-o de agir ou tornando a sua ação ineficaz.

2. Quebrar as Alianças: Isolar diplomaticamente o inimigo, minar as suas coalizões e fortalecer as próprias parcerias internacionais.

3. Atacar o Exército: Só quando as duas fases anteriores falharem, ou quando a agressão inimiga for iminente, é que se deve recorrer à força militar clausewitziana.

No momento em que as hostilidades

armadas eclodem, o paradigma de Clausewitz torna-se dominante. O comandante no terreno deve então operar sob o pressuposto do atrito e do nevoeiro. O seu objetivo será identificar e destruir os centros de gravidade do inimigo, preparando-se para a fricção que tornará essa tarefa infinitamente mais difícil do que qualquer planeamento poderá prever. No entanto, mesmo durante esta fase, os princípios de Sun Tzu não são abandonados. A busca por inteligência continua a ser vital para identificar oportunidades e vulnerabilidades. O engano pode confundir o comando inimigo e ganhar vantagens operacionais.

Este modelo integrado é perfeitamente ilustrado pelos conflitos assimétricos modernos. Um estado que combate uma insurgência (um conflito de vontades, quintessencialmente clausewitziano) deve, ao mesmo tempo, seguir Sun Tzu: ganhar a “hearts and minds” da população (cultivando o “Caminho”), isolar os insurgentes dos seus recrutas e apoios externos (“quebrar as alianças”), e compreender a sua ideologia e motivações (“conhecer o inimigo”). A vitória puramente militar, através da destruição de combatentes (Clausewitz), é frequentemente ilusória sem esta camada de estratégia sun Tzuiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise, ambos os pensadores permanecem profundamente relevantes porque a sua análise se funda na trindade paradoxal, que captura a natureza eterna e imutável da guerra. As suas diferenças—a fé de Sun Tzu na inteligência versus o realismo de Clausewitz sobre o atrito; o ideal de vitória indireta versus a focus na destruição directa—não são contradições insolúveis,

mas especializações complementares dentro deste quadro trinitário.

A avaliação de que Clausewitz oferece a visão mais persuasiva e abrangente mantém-se válida. O seu conceito de atrito é uma contribuição tão fundamental para a teoria da guerra que a sua ausência em Sun Tzu constitui uma lacuna conceitual significativa. A guerra é, por natureza, um reino de caos, e qualquer teoria que não coloque esse caos no seu cerne está incompleta. A falta de ênfase de Clausewitz na inteligência estratégica é uma fraqueza menor em comparação, pois trata-se mais de um foco limitado do que de uma negação da sua importância.

Contudo, negligenciar Sun Tzu seria um erro colossal de uma perspetiva estratégica moderna. Num mundo interligado, onde os conflitos assumem formas híbridas e os instrumentos de poder são diversificados, a sabedoria de Sun Tzu sobre a competição abaixo do limiar do conflito armado é mais vital do que nunca. Ele ensina-nos a ganhar antes de lutar, a preservar o poder e a alcançar os objetivos com o mínimo custo.

Portanto, a resposta para o estrategista contemporâneo não é uma escolha binária, mas uma síntese dialética. Deve-se começar por Sun Tzu, aspirando ao controle, à inteligência e à vitória indireta. Mas deve-se sempre estar preparado para Clausewitz, para o atrito, para a névoa e para a inevitabilidade de que, em última instância, a vontade pode ter de ser testada no cadinho da violência organizada. A verdadeira mestria estratégica reside na capacidade de navegar fluentemente entre estes dois pólos, utilizando o modelo trinitário como bússola para compreender as forças em jogo e aplicando as ferramentas corretas de cada mestre para as moldar a seu favor. A leitura conjunta e crítica de *Da Guerra* e *A Arte da Guer-*

A guerra no século XXI: repensando Clausewitz e Sun Tzu para o novo milênio

ra não é uma recomendação acadêmica; é uma exigência fundamental para qualquer um que pretenda compreender ou exercer o poder no mundo complexo e perigoso do século XXI.

REFERÊNCIAS

- BASSFORD, Christopher. **Clausewitz in English: The Reception of Clausewitz in Britain and America, 1815-1945**. New York: Oxford University Press, 1994.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Eliseu Pimentel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CORBETT, Julian S. **Principles of Maritime Strategy**. Mineola: Dover Publications, 2004. Republicação da obra de 1911.
- DE LEÃO, Tales Wallauer; DUARTE, Érico Esteves. Os desafios da guerra urbana: um estudo de caso da Batalha de Vukovar. **Revista de Geopolítica**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/537>. Acesso em: 8 set. 2025.
- DUYVESTEYN, Isabelle. **Clausewitz and African War: Politics and Strategy in Liberia and Somalia**. Abingdon: Routledge, 2005.
- DUYVESTEYN, Isabelle. **Rethinking the Nature of War**. London: Frank Cass, 2005.
- EWALD, Johannes. **Treatise on Partisan Warfare**. [S.l.]: Greenwood Press, 1970.
- FINLAN, Alastair. **The Gulf War 1991**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.
- FREEDMAN, Lawrence. **The Cold War: A Military History**. London: Cassell, 2001.
- GRAY, Colin S. **Another Bloody Century: Future Warfare**. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.
- GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- HANDEL, Michael I. **Masters of War: Classical Strategic Thought**. 3. ed. Abingdon: Routledge, 2005.
- HERRBERG-ROTH, Antulio J. **Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HOWARD, Michael. **Clausewitz: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- KALDOR, Mary. **Old and New Wars: Organized Violence in a Global Era**. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- KANE, Thomas M. **Ancient China on Postmodern War: Enduring Ideas from the Chinese Strategic Tradition**. London: Routledge, 2007.
- MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic Studies: A Reader**. Abingdon: Routledge, 2008.
- MÜNKLER, Herfried. **The New Wars**. 4. ed. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 2010.
- MÜNKLER, Herfried. Neues vom Chamäleon Krieg. **Aus Politik und Zeitgeschichte: Kriege und Konflikte**, Frankfurt, p. 1-5, 2007.
- PARET, Peter (Ed.). **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- ROGERS, Clifford J. Clausewitz, Genius, and the Rules. **Journal of Military History**, v. 66, n. 4, p. 1167-1196, out. 2002.
- RULOFF, Dieter. Eine Übersicht. **Aus Politik und Zeitgeschichte: Kriege**

A guerra no século XXI: repensando Clausewitz e Sun Tzu para o novo milênio

und Konflikte, Frankfurt, p. 1-5, 2007.

SMITH, Rupert. **The Utility of Force: The Art of War in the Modern World**. London: Allen Lane, 2005.

STRACHAN, Hew. **Clausewitz in the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Tradução de James Clavell. Rio de Janeiro: Record, 1984.

SUN TZU. **The Art of War**. Translated by Thomas Cleary. London: Shambala, 1988.

VAN CREVELD, Martin. **The Future of War**. München: Gerling Akademie Verlag, 2004.

WARK, Wesley K. **The Ultimate Enemy: British Intelligence and Nazi Germany, 1933-1939**. London: I.B. Tauris, 1985.

YUEN, Derek M. C. Deciphering Sun Tzu. **Comparative Strategy**, v. 27, n. 2, p. 183-200, 2008.